

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa*

Anne-Marie Thiesse**

Resumo

A Terceira República francesa (1870-1940) realizou uma obra escolar de grande amplitude. A escolarização das crianças de 6 a 12 anos tornou-se obrigatória, e ensino nas escolas públicas era gratuito e laico. O Estado investiu na construção de escolas em todo o país e em uma formação de bom nível dos professores das escolas primárias. Frequentemente apresentado na historiografia francesa como um momento de centralismo – e até de “jacobinismo” – intenso a Terceira República presenciou o desenvolvimento de um forte movimento regionalista. Raramente hostil à unidade nacional, o regionalismo foi muitas vezes apresentado como o mais autêntico nacionalismo. Na escola primária, o amor pela “pequena pátria” foi utilizado para desenvolver o amor à grande pátria. Numerosos manuais escolares regionalistas foram publicados. Eles forneceram aos professores primários e aos escolares uma educação intelectual, mas também estética e afetiva sobre as “pequenas pátrias”.

Palavras-chave: Nação. Região. Aprendizado.

Teaching the nation through the region: the example of the Third French Republic

Abstract

The Third French Republic (1870-1940) achieved a huge task concerning mass education. The schooling of children from 6 to 12 years became compulsory. State primary schools were free and their teaching was non-confessional. School houses were built in the whole country and primary schools teachers were trained at a good level. Often described by French historiography as a time of intensive centralism – and even of “Jacobinism” –, the Third Republic was also an era where a strong regionalist movement could develop. This regionalism was seldom fighting against national unity but often pretended to be the most authentic nationalism. At primary schools the love for the “small fatherland” was used to foster the love for the Great Fatherland. Numerous regionalist textbooks were published. They provided the teachers and the children not only with an intellectual, but also an aesthetic and emotional education about the “small fatherlands”.

Keywords: Nation. Region. Learning.

* Tradução: Gentil Corazza, Ceres Karam Brum. Enseigner la nation par la région: l'exemple de la Troisième République Française.

** Professora Doutora - École Normale Supérieure - Paris - France.

Anne-Marie Thiesse

A Terceira República (1870-1940) realizou uma obra escolar de grande amplitude. As leis escolares preparadas pelo Ministro da Instrução Pública instituíram um ensino primário gratuito, laico e obrigatório para todas as crianças de 6 a 12 anos. O estado investiu fortemente na construção de escolas até nas pequenas aldeias e na formação de professores. O processo de alfabetização na França já estava bastante avançado, mas, doravante, a totalidade das crianças devia passar muitos anos na escola seguindo programas nacionais, que serviram de base para os manuais publicados em dezenas de milhares de exemplares. Esta obra escolar definia um conjunto de saberes que todos os cidadãos deviam atingir e participava de um projeto ideológico: integrar todas as classes sociais da nação. Era necessário fazer de todos os Franceses. (*PEASANTS INTO FRENCHMEN*, para relembrar o célebre título duma obra do historiador Eugen Weber) (Weber, 1976). A educação republicana era profundamente marcada pela busca de um consenso social: os acontecimentos da Comuna, no começo da República, tinham contribuído para associar povo urbano e revolução, suscitando em contraposição uma valorização da população rural, desde então associada à sabedoria e à moderação. Esta educação de massa para o nacional se apoiou fortemente sobre a valorização das regiões. Isso pode parecer paradoxal, pois a Terceira República foi muitas vezes associada, na opinião pública e na historiografia francesa, a um período de lutas vividas contra as culturas regionais. De fato, o centralismo do estado francês, já bem avançado sob a monarquia, não parou de crescer desde a primeira Revolução Francesa. O princípio da uniformidade do território nacional, do ponto de vista administrativo e político foi estabelecido desde 1789 (OZOUF-MARIGNIER, 1989). Os particularismos culturais, sobretudo lingüísticos, foram associados ao Antigo Regime e, programas de erradicação dos dialetos foram apresentados desde a Primeira República (CERTEAU; JULIA; REVEL, 1975). A Terceira República, que venceu definitivamente as tentativas de restauração monárquica, foi muitas vezes apresentada como uma fase de identificação do jacobinismo francês, ou seja, de uma uniformização total do território nacional, notadamente em matéria cultural (HELIAS, 1975) e de uma acentuação do centralismo. Seu sistema escolar foi denunciado como instrumento maior desta "jacobinização" da França e mesmo como o instrumento de um verdadeiro genocídio cultural. A situação foi mais complexa e a prática mais suave e pragmática (CHANET, 1994). O ensino primário não rejeitou as referências regionais na formação dos alunos, mas as colocou a serviço da nação.

Regionalismo e nacionalismo

O termo regionalismo apareceu na língua francesa em torno de 1900, quando os jovens intelectuais reunidos em Paris quiseram oficializar um movimento reunindo as "energias provinciais". Os objetivos principais desse movimento eram combater o centralismo excessivo do país no domínio econômico, político e cultural, contestar a supremacia da capital na qual se concentravam todos os poderes e valorizar as culturas regionais. Os jovens militantes, lutando contra o centralismo francês poderiam ter utilizado o termo federalismo para

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

qualificar o seu movimento, mas o escritor e ideólogo Charles Maurras acabava, no quadro do caso Dreyfus, de associar esta palavra às opções ideológicas antis-semitas e anti-republicanas. Os intelectuais descentralizadores que não rejeitavam a república se declararam então “regionalistas”, termo novo que tinha a vantagem de não ter um sentido preciso (CHARLES-BRUN, 1911). A associação lançada em 1900 sob o título de federação regionalista francesa e que foi animada durante quase meio século por um professor de literatura, Jean Charles-Brun, desempenhou a função de “lobby provincialista” colocando em relação homens políticos, jornalistas, empresários locais, escritores e artistas. O movimento regionalista desenvolveu-se durante toda a Terceira República, apresentando-se como um agrupamento para além dos partidos políticos, reunindo todos os indivíduos preocupados com o futuro e a felicidade da nação. O movimento regionalista francês tem frequentemente fracassado no seu combate contra o centralismo estatal, mas ele trouxe uma valorização cultural e turística da diversidade do território nacional. O regionalismo não se desenvolveu contra a unidade nacional. A França certamente conheceu no século XIX e no século XX movimentos autonomistas, notadamente na Bretanha ou na Alsácia e mais recentemente na Córsega, mas a sua audiência foi sempre fraca. O regionalismo correspondia a uma representação da nação como um conjunto de diversidades complementares. “A unidade (nacional) é rica por suas diversidades (regionais)”: esta fórmula foi muito utilizada na época pelos países que atingiam a última fase do processo da construção nacional. Dessa forma, a unidade estando bem consolidada, a diversidade poderia retomar seu lugar, sendo a ela subordinada. Insistir sobre a complementaridade das diversidades geográficas era também uma maneira eficaz de “pacificar” a sociedade, sugerindo que as diferenças sociais, também, fossem complementares e não devessem, portanto, suscitar antagonismos.

O começo do século XX é, por outro lado, marcado por um interesse notório do mundo acadêmico para a diversidade regional: numerosas teses de Geografia e de História redigidas por jovens intelectuais interessados na modernidade científica se referem a regiões (este será o caso de Lucien Febvre e Marc Bloch, futuros fundadores da Escola dos Annales). A grande diversidade climática e geográfica da França incita certos intelectuais da Terceira República a grandes discursos de admiração patriótica, nos quais eles apresentam o país como uma terra privilegiada pela natureza, que teria realizado a mais maravilhosa síntese da Europa.

Nós franceses somos muito orgulhosos do nosso país, desta terra privilegiada, banhada por três mares, rodeada por duas das mais altas cadeias de montanhas da Europa, irrigada por belos rios, usufruindo de todas as *nuances* de um clima temperado, produzindo todos os frutos da terra, ornamentada de todas as flores (LAVISSE, 1895).

Anne-Marie Thiesse

O regionalismo ajudava também a criar o “cimento republicano”, uma vez que contribuía para descrever a nação como um conjunto harmonioso de diferenças complementares. Em 1937, num contexto de violentas tensões intra e internacionais, quando da Exposição Internacional ocorrida em Paris, a parte francesa foi colocada sob o signo do regionalismo, como “símbolo” da união de todos os franceses”, como também o sublinharam os discursos oficiais (LABBÉ, 1937).

Regionalismo e ensino patriótico

Encarregados de conceber um ensino patriótico, os pedagogos da Terceira República consideraram rapidamente que a noção de pátria era muito abstrata para os filhos do povo. Eles valorizaram, então a noção de “pequena pátria”, equivalente do vocábulo alemão *Heimat*. É o que desejava desde 1872 Michel Bréal, professor no Collège de France, bom conhecedor da Alemanha, na sua obra programática, *Algumas palavras sobre a Instrução Pública*:

Quando as crianças conhecerem o que além do Reno nomearam a “pátria estreita”, terá chegado o momento de lhes mostrar a grande pátria. [...] Eu aí preferiria, sobretudo, os fatos e informações que fizessem ver de que maneira cada parte da França contribui à grandeza e à prosperidade do conjunto [...]. Em vez de um patriotismo abstrato, do qual seria arriscado esperar tudo na hora do perigo, nós teremos um patriotismo esclarecido, baseando-se no amor que as províncias que se conhecem e se apreciam têm entre si. (BRÉAL, 1872, p. 88-93).

O termo “pátria estreita”, que soava mal em francês, não obteve sucesso e foi rapidamente substituído pelo termo mais elegante de “pequena pátria”. A pequena pátria é um espaço familiar, no qual a criança faz as suas primeiras descobertas do mundo e ao qual ela está espontaneamente ligada. “O amor à pequena pátria é o mais sólido fundamento do amor pela grande pátria”: esta fórmula foi constantemente enunciada pelos responsáveis da instrução pública republicana. A educação ao nacional foi então apoiada sobre a descoberta do regional. As poesias escolares compostas pelos professores primários exprimiam clara e ingenuamente esta relação entre a pequena e a grande pátria:

Regionalismo francês

Amigos, proclamando cada dia a atração
De nossos pequenos países,
tão grandes por sua beleza,
Nós conseguimos melhor conhecer
e melhor amar a França,
Em todo o seu esplendor e a sua intimidade.

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

Unindo nossos esforços a fim de melhor perseguir
Nosso nobre propósito, saibamos valorizar
As regiões maravilhosas onde nós amamos viver,
Sem egoísmo mesquinho, sem espírito briguento.
[...] (EDMOND CHAPOY apud BOIBESSOT, 1924, p. 1).

O mais famoso manual da Terceira República, *A volta à França feita por duas crianças*, estava fundamentado sobre esta observação pedagógica de que as noções de pátria e de nação são abstratas *a priori* para as crianças e só podem ser aprendidas de maneira sensível. Como o exprimia no seu prefácio a autora do manual, esposa de um célebre filósofo republicano:

A gente lamenta que nossas crianças não conhecem muito o seu país: se eles o conhecessem melhor, digase com razão, eles o amariam ainda mais e o poderiam melhor servir. Mas nossos mestres sabem como é difícil de oferecer à criança uma idéia clara da pátria ou mesmo simplesmente de seu território e de seus recursos. A pátria somente representa para o aluno primário uma coisa abstrata, a qual, mais freqüentemente que se possa crer, ele pode ficar afastado durante um período bastante longo da sua vida. Para chamar a sua atenção é preciso tornar-lhe a pátria visível e viva. (BRUNO, 1878, p.)

Os dois jovens heróis deste romance escolar lido por milhões de estudantes da Terceira República eram pequenos órfãos, fugindo da sua região natal anexada pela Alemanha e procurando encontrar-se com seu tio. Seu périplo os fazia descobrir sua pátria francesa, suas paisagens, sua história, seus grandes homens¹. Paralelamente, desenvolvia-se uma outra forma de pedagogia patriótica, centrada não mais sobre um inventário das riquezas nacionais, mas sobre a exploração aprofundada da realidade imediata da criança. Ela havia sido preparada para o estatuto de “especialista do local” confiado aos professores do nível primário.

Em 1900, por ocasião da Exposição Universal ocorrida em Paris, cuja atração tecnológica mais preponderante era o “Palácio da Eletricidade”, os professores primários haviam sido convidados a participar de um grande concurso de monografias. Cada um fora convidado a redigir um relatório consagrado à história, à geografia, à evolução demográfica e à cultura de sua comunidade de trabalho. Esta primeira iniciativa, que consagrava o papel dos professores primários no estudo e na promoção do local, foi seguida por encorajamentos regulares a perseguir esta missão, como destacava uma diretriz do Ministério da Instrução Pública em 1911:

Os nossos professores primários, em razão de suas funções são particularmente designados para

empreender e levar a bom termo relatórios interessantes sobre a história local. No mais das vezes, de fato, eles são secretários das prefeituras e, como tais, guardiões dos arquivos comunais. [...] Os arquivos municipais serão certamente chamados a tirar grande proveito duma [...] organização que seria talvez esperada por longo tempo se o professor primário não tomasse a iniciativa de pesquisas históricas locais. (FAURE, 1911)

Dessa maneira, uma “Sociedade de estudos locais no ensino público” foi criada. Seu objetivo era: “encorajar o estudo de interesse local entre os membros do ensino, publicar bibliografias críticas de história, de folclore, de geografia, de filologia regionais”.

Os maiores universitários da época figuravam no organograma dessa sociedade, junto aos inspetores da academia. Grupos locais foram constituídos: eles organizaram enquetes, publicaram boletins e obras eruditas. Nas escolas normais, onde eram formados os professores primários, os alunos foram encorajados a praticar estudos locais.

A partir de 1900, inspetores de academia ou diretores de escola redigiam manuais escolares regionalistas. Eles tinham por objetivo explícito ensinar os alunos a conhecer, a olhar, a amar sua pequena pátria:

Assim, a criança de nossa terra reencontrará na escola esta natureza que lhe é familiar e que impregna já misteriosamente toda a sua existência. E ela tomará cada vez mais consciência de sua raça² e da sua região. Conhecendo-as melhor, ela os sentirá mais bonito e mais dignos de sua afeição: ela tomará pouco a pouco o orgulho de estar em sua casa; ela verá crescer nela mesmo, pela terra dos seus antepassados, um amor que, por estar sempre mais pensado, se tornará cada vez mais fervoroso.

Não se deve temer que, convivendo demais com os seus, ele se transforme em um nacionalista local, em não sei qual orgulho rudimentar que deslizaria em seguida rapidamente para o ridículo e, coisa mais grave, arriscaria ser tão agressivo quanto mesquinho. Bem ao contrário. [...] Nossos estudantes aprenderão que ser Girondinos³ [...] é também participar da grande comunidade francesa, e mesmo da grande comunidade humana. O conhecimento da sua história particular mostrar-lhes-á pelos fatos as relações que, em todos os tempos, uniram sua região às diversas partes da Europa e do mundo. E será demonstrado uma vez mais que o amor do solo natal, quando é inteligentemente cultivado, longe de estreitar o coração, o faz irradiar sobre a terra inteira. (JOLLY apud GOT, 1934, p. XXVI-XXVII)

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

Este ensino regional devia ser ao mesmo tempo uma educação intelectual, estética e afetiva. As crianças aprendiam a perceber o espaço familiar não somente como um território agrícola rentável ou árido, mas como uma bela paisagem. Tratava-se de lhes permitir uma verdadeira conversão do olhar, e de substituir ao ponto de vista do trabalhador da terra o ponto de vista do estrangeiro – turista ou burguês:

Meu filho,

Tu tens o privilégio de viver em uma das mais belas regiões da terra: a natureza lhe dispensou os mais variados e suntuosos ornamentos. Cada dia, vindo da escola, trilhando os caminhos tu passas perto de maravilhas que tu desdenhas porque tu jamais as olhaste verdadeiramente.

Por que tu que a habitas, não aprenderias a conhecer tua região?

Cada ano traz milhares de estrangeiros vindos de todas as partes junto a nós fazer suas provisões de ar puro; no verão escalar nossos montes, no inverno sulcar nossas inclinações com trenós e esquis.

Eles apreciam a Savóia, e sabem que ela vale a pena de ser conhecida. [...]

O verde dos pinheiros ou das ricas pastagens, o azul dos lagos, os saltos das correntezas, as escarpas rochosas, o branco puro das neves que encanta quem sabe apreciá-los. (ROSSET, 1935, p.)

Através de extratos de obras regionalistas ou de textos universitários, as crianças descobriam não somente uma geografia técnica, mas também uma geografia sensível. Aqui temos um exemplo de um manual consagrado à Alsácia, publicado antes mesmo que esta província tenha sido reconquistada pela França:

Vocês amam a Alsácia? É uma bela região abençoada pelo céu. Dotada de uma natureza generosa com suas montanhas orgulhosas e radiantes, suas encostas plantadas de vinhas, sua planície fecunda, ela cativa por seu próprio charme, como também pelas maravilhas do trabalho humano, quem a viu pela primeira vez [...] As colinas que enlaçam as montanhas enflorestadas de suas videiras verdejantes destilam o vinho, riqueza dos seus mais orgulhosos habitantes. A planície unida e estendida entre o grande rio e as encostas ondula quando a colheita do trigo se aproxima como um mar de espigas douradas, sob as carícias da brisa. Cidades e vales aí são tão industriosos que fazem viver duas vezes mais pessoas que o conjunto do território não pode alimentar

Anne-Marie Thiesse

com todas as colheitas de um solo rico. (GRAD apud PFISTER, 1916, p. 3-4)

As crianças eram exortadas a amar e admirar como uma mãe a sua pequena pátria pátria gloriosa da grande pátria:

Nós seríamos plenamente felizes se nossos jovens lorenos conhecessem melhor sua Lorena e lhe devotassem um amor filial – do qual não poderia que se beneficiar a Grande Pátria – que os levaria a querê-la sempre no primeiro plano em suas tarefas laboriosas e pacíficas, como ela o foi sempre em suas obrigações guerreiras. (THIÉRY, 1927, prefácio, tomo p. 10)

Muitos destes manuais finalizavam com um apelo: as crianças, convencidas da beleza de sua pequena pátria, deviam na idade adulta fazê-la prosperar e não a abandonar.

Criança! Quando tu abandonares a escola para abraçar uma carreira, permanece na tua pequena pátria. Ela é boa nutridora, e em nenhum outro lugar tu experimentarás melhor que nesta natureza modesta e familiar, entre estes homens laboriosos e calmos, a alegria de viver e de trabalhar. Ela é alegre, ela é boa, e seu clima é um dos mais salubres que existem no mundo. (LAVOILLE, 1928, conclusão)

A obsessão do êxodo rural era muito forte na Terceira Republica, enquanto a França era então um país que permaneceu muito mais rural que a Grã-Bretanha ou a Alemanha e um dos países europeus que tinha a mais fraca proporção de migração para as Américas. De fato, a imagem da França que se constituiu na Terceira República é aquela de um país arraigado a seu solo, cuja felicidade e riqueza residem na prosperidade agrícola. Esta auto-representação da França é ainda perceptível hoje em dia (os cartazes de campanha de homens e mulheres políticos privilegiam nos bastidores as paisagens rurais e evitam cenários urbanos; o Salão da Agricultura, apresentado anualmente em Paris, permanece em 2008 como um acontecimento nacional, num país que não comporta mais que 2% de agricultores na sua população ativa). O governo anti-republicano do Estado francês, dirigido pelo Marechal Pétain durante a ocupação alemã de junho de 1940 ao verão de 1944, fundou aliás sua “Revolução nacional” sobre o *slogan* do “retorno à terra”, jogando habilmente com um fundamento da ideologia republicana.

Os manuais escolares regionalistas celebravam as produções agrícolas locais. Este foi particularmente o caso dos vinhos que, num quadro de um mercado nacional e internacional cada vez mais concorrencial (LAFERTÉ, 2006), foram objeto na França de uma classificação oficial fundada sobre a origem geográfica e não sobre a cepa. A delimitação administrativa dos chamados “de

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

origem controlada” Appellation d’Origine Contrôlée (AOC) foi estabelecida em 1908, e um comitê nacional das denominações de origem foi criado em 1935. Mesmo se a escola primária republicana vencia grandes combates contra o alcoolismo, tido como um perigoso flagelo social, os manuais regionais fizeram freqüentemente a apologia do vinho local, dotado de virtudes higiênicas, segundo a citação de professores de medicina fornecida aos alunos.

O Vinho de Bordeaux e a raça

O vinho de Bordeaux acaba por conferir àquele que faz sua bebida cotidiana certos caracteres especiais. Um espírito vivo, animado, amável; uma grande sensibilidade, um pouco de vaidade, uma forte consciência de si mesmo, uma grande facilidade de assimilação e talvez uma mobilidade de caráter excessiva. [...]

O uso cotidiano do vinho de Bordeaux não somente não fadiga, mas contribui mesmo para o feliz desenvolvimento do indivíduo e da raça (PROFESSOR ARNOZAN apud GOT, 1956, p. 279).

Tônico agradável do corpo e do espírito, o vinho de Bordeaux é um precioso estimulante do trabalho e da alegria de viver.

O vinho de Bordeaux é um elixir da longa vida, dizem, e isto é verdade porque se vive longamente na Gironde que é o departamento onde existe a maior parte de nonagenários e mesmo de centenários (PROFESSOR PORTMANN apud GOT 1956, p. 279).

Um manual do Jura (leste da França) até propunha uma ode ao vinho local composta por um diretor de escola:

O vinho amarelo

Tu tens a solidez e o brilho de minha raça

Vinho amarelo, rei dos vinhos, vinho livre de Comté!

Para te fazer amadurecer é preciso, no ardor do verão,

Que no findar de outubro haja um beijo de gelo. [...]

(ANDRÉ-E. MAILLET apud BOIBESSOT, 1924, p. 117)

A patrimonialização do regional

A história regional era geralmente apresentada como uma forma local da história nacional. Ela ilustrava a participação dos antepassados das crianças na gloriosa história da pátria.

Anne-Marie Thiesse

Esta coletânea não é somente uma homenagem prestada às virtudes da raça e ao trabalho dos orgulhosos ancestrais: através dos eventos de que no curso dos séculos a antiga província natal foi o teatro compreende-se sempre melhor a formação da grande pátria; o conhecimento da história regional e local fortalece, esclarecendo o sentimento nacional. [...]. Nós compreendemos que os fatos históricos não assumem sua relevância, não adquirem sua autêntica significação e sua verdadeira dimensão senão quando eles podem ser primeiramente colocados no quadro de horizontes familiares graças a evocações tão claras quanto possível. (FILHOL apud ESCOULA, 1930, p. 8-9)

Os monumentos históricos locais eram descritos como elementos de um patrimônio precioso e a prova que a região tinha tido um lugar eminente na formação da nação.

É preciso que a história desde as suas primeiras páginas nos prenda por nossos sentimentos íntimos. Falai à criança de seus antepassados e da região onde ela habita; faça-a ver os velhos edifícios, as antigas igrejas, os restos dos castelos de antanho [...] Eduquemos, pois, franceses que saibam a história de seus lares, e que sejam orgulhosos de seus heróis domésticos. (BREAL, 1872, p. 100-102)

Esta concepção da gênese da nação valorizava a unidade, e esquivava os antagonismos passados, às vezes violentos entre o local e o nacional.

A escola republicana, tendo a missão de desenvolver sistematicamente o conhecimento do francês oficial, fez com que os manuais escolares evocassem pouco as línguas regionais e fez delas simples vestígio de um passado popular revoltoso:

O dialeto perde terreno a cada dia. Há uns trinta anos ele era falado em todas as famílias camponesas, e as crianças indo a escola conversavam entre elas no dialeto. Hoje os pais falam francês com seus filhos, e muitos dos que ignoram completamente o dialeto do qual eles têm mesmo um pouco de vergonha, como a gente tem vergonha de vestimentas grosseiras. (ROSSET, 1935, p. 133).

Os costumes tradicionais, ao contrário, eram longamente apresentados nos manuais escolares. Na França, como em outros países europeus, estes costumes rurais tinham sido descritos pelos folcloristas desde o século XIX. Eles já tinham sido amplamente transformados pela “invenção de tradições” ou, em todo caso, pelo “aperfeiçoamento de tradições”. Eles já eram objeto de ope-

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

rações promocionais desde o começo do século XX. O *revival* das tradições populares rurais era concebido como um antídoto necessário à cultura de massa urbana julgada moralmente degradante e inquietante para a paz social. Numerosas operações haviam sido realizadas para revitalizar os “velhos costumes de nossos antepassados”, e fazê-los praticar pela juventude e os meios populares urbanos. Este foi o caso, notadamente, para a *Renaissance provinciale*, “sociedade de estudos e de vulgarização das artes provinciais”, criada em 1906 pelo escritor André Theuriot e pelo músico Vincent d’Indy:

O Renascimento provincial da França foi criado com o objetivo de fazer reviver, através de todos os tipos de manifestações (exposições, conferências, audições, representações), as obras de arte, cantos, danças, costumes, tradições, assim como a literatura de nossas Províncias. [...]

O objetivo desta tentativa eminentemente francesa e de tão grande oportunidade, interessando particularmente a juventude e os meios populares, será oferecida sessões a preços reduzidos.[...]

Nós esperamos o maior bem destas manifestações de arte provincial, arte que tira suas origens nas profundezas da raça e da história. Exaltando diante do povo o gênio distintivo de cada uma de nossas províncias, nós pensamos acordar as energias locais, conduzi-las à pureza do gosto francês, e salvaguardar assim a força e a beleza nacionais. (Société Renaissance Provinciale - Déclaration)

Esta declaração ilustra bem a concepção dominante do folclore na França até a Segunda Guerra Mundial: a celebração de culturas populares locais estava a serviço da unidade nacional, ela devia desenvolver no povo um sentimento patriótico intenso e pacífico. Nas escolas normais, onde eram formados no seu *métier*, os futuros professores primários recebiam freqüentemente uma iniciação ao folclore e eram incitados a coletar durante suas férias objetos e costumes tradicionais. As sociedades científicas especializadas se multiplicavam; museus locais foram abertos. O Museu Nacional das Artes e Tradições Populares foi criado em 1937 e, em 1938 – sob o governo da Frente Popular – foi instituída por decreto do Ministério da Educação Nacional uma “Comissão das Artes e Tradições Populares” que tinha por função:

Desenvolver o estudo científico das artes e tradições populares, encorajar a arte popular e o artesanato tradicional, colaborar para a conservação dos monumentos referentes às artes e tradições populares e impulsionar o surgimento de museus ao ar livre e de regiões rurais, e espalhar o gosto e a prática pela música, os cantos e

Anne-Marie Thiesse

danças e reencontrar a dignidade das festas e espetáculos de tradições populares. (Decreto de 19 de maio de 1938)

Esta comissão era composta de três seções, presididas respectivamente pelo historiador Lucien Febvre, o geógrafo Albert Demangeon e o delegado geral da Federação Regionalista Francesa Jean Charles-Brun.

Os manuais do período entre guerras consagravam longas descrições às festas e às tradições populares, utilizando neste contexto as expressões ou os termos tomados eventualmente de empréstimo da língua local.

Nossas montanhas pyremenhas guardam o traço ainda visível dos principais gêneros de luminaires, mesmo os mais antigos, nos vilarejos esquecidos e nos retiros dos pastores.

Eis a princípio os *têdes*, nós temos também os *candeles*, e enfim os *caleys*.

Nós nos servimos ainda destes lampiões, até em algumas casas das cidades. Vendo-as reluzir e fumegar, nós podemos nos reportar há vinte séculos atrás: nada mudou. (ESCOULA, 1930, p. 181)

Um manual nacional intitulado *Maravilhas da França* (OSTROGA; JEAN-BRUNHES, 1939) tinha como trama narrativa um concurso nacional de monografias regionais colocando em competição grupos de adolescentes. O objetivo do concurso era que “cada criança francesa pudesse compreender melhor o que é a França, a fim de melhor servi-la”. O prólogo da narrativa era “uma bela festa das províncias francesas” que “reúne em Paris, numa grande sala toda vibrante de entusiasmo, várias centenas de jovens [...] vindos de todas as regiões da França dançar e cantar as danças e os cantos de sua terra, em roupas das suas regiões”.

Este manual propunha até, ao fim de cada capítulo, exercícios de iniciação de coleta folclórica. Por exemplo, os alunos deviam reunir uma pequena documentação dos costumes provinciais, estabelecer as plantas das casas tradicionais, ou mesmo conceber um projeto de museu regional.

O ensino sobre a região não tinha somente como objetivo educar as crianças para o patriotismo e de as desviar das tentações do mundo moderno e urbano. Ele tinha também muitas vezes por objetivo explícito fazer os alunos compreenderem o interesse do turismo para a região. Enquanto o desenvolvimento industrial e o trabalho na fábrica eram descritos de maneira negativa no ensino primário francês, muito ruralista, o turismo era percebido como um meio de enriquecer as províncias salvaguardando suas tradições. Os manuais de geografia do período entreguerras consagravam sistematicamente páginas ao turismo e a seus benefícios para as populações locais. Os exercícios propostos aos

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

alunos solicitavam que traçassem itinerários turísticos da região. Os alunos, de certo modo, eram preparados para a redação de brochuras turísticas. Os manuais eram em parte ilustrados com fotos fornecidas pelos organismos locais de desenvolvimento turístico.

O ensino primário desempenhou com zelo a missão patriótica que lhe era atribuída: cada criança aprendeu que ela tinha, como membro de uma pequena pátria da qual ela podia se orgulhar, um lugar reconhecido e valorizado na comunidade nacional. Pelo viés do local, cada futuro cidadão participava do patrimônio coletivo da nação, da qual detinha simbolicamente uma parte e tinha aprendido a amar. Entretanto, é necessário remarcar que, reconduzindo a França essencialmente ao seu componente rural e tradicional, negligenciando o mundo urbano, industrial e a modernidade, este ensino não soube dar lugar às transformações da França real, nem às suas mudanças demográficas como o afluxo de populações emigradas no entreguerras. Para além do momento reacionário do *pétainisme*, este passadismo continua a pesar, até hoje, sobre a França.

Os manuais regionalistas propuseram ricas sínteses de textos históricos, geográficos e folclóricos celebrando a “pequena pátria” e logo a grande pátria. Eles tiveram por objetivo, e freqüentemente por efeito, oferecer a leitura sobre o local incitando a escrita. Os alunos e seus mestres tiveram assim modelos estilísticos e temáticos de celebração da sua pequena pátria. Para além dos exercícios puramente escolares, eles foram convidados a ilustrar e a descrever seu meio ambiente. Brochuras turísticas, artigos de imprensa regional, estudos científicos de difusão local, mas também escritos de uso familiar: os manuais regionalistas vulgarizaram o gosto pela escrita e leitura de objetos locais. Nós podemos ainda hoje perceber seus efeitos na França contemporânea, em que o investimento no local é muito forte. A França é ainda o primeiro destino turístico do mundo, e a valorização das regiões, de sua variedade e de suas tradições continua sendo um fator importante da atratividade do país para seus habitantes e para os estrangeiros.

Referências

BOIBESSOT, H. Professeur à l'Ecole primaire supérieure de Besançon. **Anthologie classique d'écrivains comtois**. Besançon: Editions de Franche-Comté et Monts-Jura, 1924, 126 pages, préface de F. Launay, Inspecteur d'Académie du Doubs.

BRÉAL, M. Professeur au Collège de France. **Quelques mots sur l'Instruction publique**. Paris: Hachette, 1872.

BRUNO, G. (Madame Fouillée, dite -). **Le Tour de France par deux enfants: Honneur et patrie**. Paris: Belin, 1ère édition 1878.

CERTEAU, M. de; JULIA, D. REVEL, J. **Une politique de la langue: La Révolution française et les patois**. Paris: Gallimard, 1975.

Anne-Marie Thiesse

CHANET, J. **L'Ecole républicaine et les petites patries**. Paris: Aubier, 1994, Préface de Mona Ozouf.

CHARLES-BRUN, J. **Le Régionalisme**. Paris: Bloud, 1911.

ESCOULA, R. (Instituteur à Campan). **Glanes bigourdanes, lectures d'histoire locale**. Toulouse-Paris: Privat-Didier, 1930, Lettre-préface (p. 8-9) de L. Filhol, Inspecteur d'Académie des Hautes-Pyrénées.

FAURE, M. **Circulaire du Ministre de l'Instruction publique aux Recteurs d'Académie**, 25 février 1911.

GOT, A. Instituteur, co-directeur de la Renaissance Provinciale. **Visages de la Gironde, Livre de lectures du Pays Girondin**. Bordeaux: Editions Delmas, 1934, 523 pages, Préface d'Anatole de Monzie, Introduction de O. Auriac, Inspecteur général de l'Instruction publique, Avant-propos de S. Jolly, Inspecteur d'Académie de la Gironde, ouvrage publié au profit de l'oeuvre des Pupilles de l'Ecole publique de la Gironde. Réédition 1956, même lieu, même éditeur, 335 pages, préface de Paul Mareille, Inspecteur d'Académie de la Gironde.

HELIAS, P. **Le Cheval d'orgueil**. Paris: Plon, 1975, collection Terre Humaine.

LABBÉ, E. **Le Régionalisme et l'Exposition Internationale de Paris, 1937**. Paris: Imprimerie nationale, 1936.

LAFERTÉ, G. **La Bourgogne et ses vins: image d'origine contrôlée**. Paris: Belin, 2006.

LAVISSE, E. **Deuxième année d'Histoire de France**. Paris: Hachette, 1895.

LAVOILLE, G. Professeur d'Ecole normale. **Notice géographique et historique illustrée du département de la Haute-Marne: cours de géographie**. Paris: Librairie Gedalge, 1928, 40 pages.

Les Petites patries dans la France républicaine, *Cahiers Jean Jaurès*, n. 152, avril-juin 1999.

OSTROGA, Y; JEAN-BRUNHES, M. **Merveilles de France, Manuel de lecture courante et active pour le cours moyen**. Tours: Mame, 1939, 349 pages. Plusieurs rééditions en 1942 et 1943.

OZOUF-MARIGNIER, M. V. **La formation des départements: La représentation du territoire français à la fin du XVIII^e siècle**. Paris: Editions de l'EHESS, 1989.

PFISTER, C. Professeur à l'Université de Paris. **Lectures alsaciennes: Géographie, Histoire, Biographies, 50 lectures, 38 gravures et trois cartes**. Paris: A Colin, 1916, 130 pages.

Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa

ROSSET, M. Professeur d'Ecole Normale, (sous la direction de), par une équipe de professeurs et d'instituteurs. **La Haute-Savoie**: étude géographique, édité par le syndicat des instituteurs de Haute-Savoie. Annecy: Imprimerie coopérative l'Abeille, 1935, 177 pages.

THIERY, H. Inspecteur de l'Enseignement primaire. **Notre Lorrain: recueils de lectures choisies sur le Lorraine à l'usage des élèves des classes primaires et des classes primaires supérieures**. Verdun: Librairie classique R. Marchal, 2 tomes, tome 1, *Sites et paysages lorrains*, 1927, 105 pages, préface d'Ernest Beauguitte, Préfet de la Manche, tome 2, *Types, moeurs et coutumes, souvenirs*, 1929, 140 pages, prix Erckmann-Chatrian.

WEBER, E. **Peasants into Frenchmen**: The Modernization of Rural France, 1870-1914. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Notas

¹ Houve adaptações brasileiras e mexicanas deste manual redigidas por autores positivistas e francófonos.

² De uso muito freqüente na época o termo raça tem no mais das vezes um sentido muito vago, designando uma comunidade humana de origem mais ou menos extensiva. Fala-se então em geral de uma raça lorena, bretona, provençal para designar os indivíduos nativos das regiões Lorraine, Bretagne, Provence, sem as conotações da "raciologia" então em pleno desenvolvimento.

³ Referência à Gironda, região e departamento em redor de Bordeaux.

Correspondência

Anne-Marie Thiesse - UMR 8547 – Equipe Transferts culturels - CNRS/ENS - Ecole Normale Supérieure - 45, rue d'Ulm - 75005 - Paris.

E-mail: thiesse@ehess.fr ou athiesse @ens.fr

Recebido em 7 de novembro de 2008

Aprovado em 13 de fevereiro de 2009